



O COMÉRCIO INFORMAL NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE ITAPERUNA (RJ)

Rui Junio Fonseca dos Santos
Universidade Federal Fluminense
ruijunio@id.uff.br

1 – INTRODUÇÃO

O presente artigo científico tem como finalidade compreender na escala global o comércio informal, analisando a produção chinesa e sua repercussão no mercado mundial, inclusive no Brasil.

Ressalta-se que na China os produtos que atualmente denominamos de pirateados, culturalmente e historicamente, não foi entendido como algo ruim, mas sim como um dom, uma vez que a filosofia própria desta nação considerava uma arte a cópia.

Posteriormente, que esta realidade tornou-se, sobretudo, um caminho comercial e capitalista, que impulsiona a economia chinesa nos dias de hoje.

Ainda, o artigo faz uma análise da forma como o Brasil tem tratado o comércio informal, que primeiramente, devido à parceria comercial com a China não era feito uma fiscalização rigorosa. Entretanto, após a pressão internacional de países hegemônicos aliados aos seus respectivos capitais fizeram que o governo brasileiro tratasse esta questão como algo ilegal, portanto, combatendo-o.

Por fim, faz-se uma discussão acerca do comércio informal no espaço urbano de Itaperuna, trazendo esta reflexão para a escala local, que sofreu influência da escala global. Tem-se como foco a feirinha da cidade que ao longo do tempo sofreu profundas mudanças, inclusive, de sua localização no território. Para isso, autores como Appadurai, Borja, Castells, Vainer, Ribeiro e Pinheiro-Machado foram fundamentais para a construção desta análise.



2 – OBJETIVOS

Têm-se como objetivos compreender, primeiramente, a dinâmica do comércio informal na escala global, passando pela nacional até chegar à realidade local, Itaperuna. Com isso, a feira da cidade, que acontece semanalmente, tornou-se, o objeto de estudo, bem como sua dinâmica e transformações, sendo um espaço não somente focado no comércio, mas também, no entretenimento e na promoção de prevenção da saúde.

3 – METODOLOGIA

Usou-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, levantamento de dados e etnografia.

4 - RESULTADOS PRELIMINARES

Devido à globalização, o fluxo dos produtos fabricados em diversos países tornaram-se mais acessíveis a diferentes culturas. Deste modo, o que é produzido na China, nos Tigres Asiáticos, na Europa, facilmente é visto e comercializado nos Estados Unidos, na América Latina. “Quem de nós nunca viu produtos “pirateados”, eletrônicos, roupas, bolsas, tênis e brinquedos ou bugigangas globais sendo vendido em mercados populares ou por vendedores ambulantes” (RIBEIRO, 2010, p. 21).

Neste âmbito globalizado da economia, o comércio informal tem ganhado muita força. É considerado um mercado informal pelo fato de se contrapor a economia global hegemônica. Como se fosse uma via alternativa para ter acesso a produtos realizados pela indústria hegemônica que pelo preço é de difícil consumo.

Segundo Ribeiro (2010), o comércio informal é composto por mercados populares e que tem como protagonistas pessoas do povo, isto é, um mercado que é animado pela informalidade e não pela elite que tem o domínio do mercado hegemônico. Constantemente, se é visto esta dualidade dentro do espaço urbano: informal x formal.

Esta é maneira visível da desigualdade social, pois quem tem recursos financeiros mais elevados frequentam lojas consideradas formais, de grife, consumindo produtos de “marca”. Enquanto os mais pobres compram as imitações destes produtos consumidos pelos ricos.

Por isso, que Ribeiro (2010) chama esta realidade de globalização popular, sendo esta dinâmica considerada, por muitas culturas, como algo ilícito, ilegal. A partir disto surgem os produtos considerados piratas¹, intensamente combatidos pela polícia e pelo governo, uma vez que muitos deles não dão retorno tributário.

Os mercados, os fluxos e as redes de comércio da globalização fazem parte do sistema mundial não hegemônico. Em geral, suas atividades são consideradas ilegais, “contrabando”. Uma grande quantidade das mercadorias aí vendidas é chamada de produtos piratas pelos poderes estabelecidos. Essas atividades são ilegítima do ponto de vista dos poderosos, que as combatem em nome da ilegalidade (RIBEIRO, 2010, p. 22).

A globalização popular é compreendida, portanto, como algo ruim devendo ser combatido. Porém, a questão é: a globalização popular não é boa para quem?

Ribeiro (2010), afirma que é para a elite, ou seja, para os negócios considerados legítimos, comandado pelos grandes grupos industriais e financeiros. Mas, como poucos têm acesso a estes produtos, a pirataria tem ganhando cada vez mais espaço, tendo a China como um dos carros-chefes neste tipo de atividade econômica.

Desta maneira, existe um sistema mundial hegemônico e um não hegemônico. Ribeiro (2010) define como hegemônico aquele que reflete a lógica institucional do capital e do Estado, que serve ao capital. Enquanto o não hegemônico se torna o oposto do hegemônico, pelo fato de suas atividades não estarem no *establishment* econômico.

Consumir mercadorias advindas de mercados hegemônicos ou não, aponta para necessidade que as pessoas têm de consumir. De acordo com Appadurai (2004), consumir na contemporaneidade é uma forma de corveja, fazendo parte do processo civilizatório capitalista.

Segundo Machado (2013), a atividade industrial de pirataria na China, chamada também de cópia, historicamente não é visto como algo ilegal, pois tem um caráter cultural. Estas cópias eram de extrema importância para a economia chinesa desde do

¹ Ribeiro (2010) define pirataria como atividade de reprodução e venda de cópias não autorizadas de mercadorias valorizadas pelos consumidores.



fim do século XIX, visto que substituíra a importação de produtos, como o relógio inglês que era bem querido por esta população. “Lícito/ilícito, então, dizem respeito muito mais às percepções sociais do que à letra da lei” (RIBEIRO, 2010, p. 26).

Com a substituição da importação, através da cópia, a China ampliava a sua produção interna industrial, dando empregos e fazendo a economia crescer. Logo, as cópias tinham um caráter de positivo e não de negativo com se é visto na cultura brasileira. “(...) o significado culturalmente construído acerca das noções de cópia e limitação possui um valor positivo, se comparando ao dessas noções no Ocidente na atualidade” (PINHEIRO-MACHADO, 2013, p. 313).

Com a produção em massa e com baixos salários dos trabalhadores fez que os produtos a serem comercializados internacionalmente tivessem baixos preços. Assim, China e Taiwan cresceram absurdamente no século XX, especialmente, a China que se tornou a segunda maior economia do mundo. A esta realidade Appadurai (2004) chama de financiopaisagem, isto é, com esta globalização, o capital gera uma velocidade instantânea da circulação financeira de seus produtos.

Segundo Pinheiro-Machado (2013), as fábricas na China que produzem cópias funcionam como algo lícito, em uma economia formal, fazendo parte do desenvolvimento econômico chinês, mas também, um desenvolvimento de arte. “Copiar é um meio de aprendizado. De acordo com o pensamento de Confúcio, imitar é um mecanismo através do qual se apreendem a tradição e a benevolência” (PINHEIRO-MACHADO, 2013, p. 320).

Até mesmo, durante o século XX, alguns presidentes chineses para estimular a economia nacional apoiaram as empresas de produção de cópia. Enquanto no Brasil, sob a pressão internacional, demonizou todo este tipo de produção sendo investidos milhões por parte do governo, usando estratégias de combate a esta realidade.

No Brasil, fortemente influenciado pela cultura dos países hegemônicos no cenário internacional, encontrou nas cópias uma ilegalidade, sobretudo, porque interfere nos lucros do capital nacional e estrangeiro. As cópias passaram a ser vistas como produtos piratas, ou seja, que roubam os direitos autorais dos modelos oficiais. Portanto, virou caso de polícia, sendo combatido arduamente pelos órgãos competentes.



Mas, nesta discussão, assim como em outras correlatas como, por exemplo, a da economia informal, a entidade central em jogo é o Estado. São as elites estatais que têm, ao longo dos séculos, mantido o monopólio da definição e da regulação da legalidade/ilegalidade (RIBEIRO, 2010, p. 24).

Entretanto, há uma dualidade nesta realidade, pois à medida que os produtos piratas eram combatidos, espaços nas cidades eram construídos para o comércio popular que, por muitas vezes, vendiam justamente estas cópias.

O próprio poder público que tem o papel de definir o que é ilícito ou lícito permite a criação destas áreas. Deste modo, Ribeiro afirma: “(...), as relações entre o legal e o ilegal são multifacetadas e complexas, envolvendo interesses normativos, políticos e morais diversos” (RIBEIRO, 2010, 24).

Os espaços urbanos dedicados ao comércio informal, chamados de camelódromo ou em outros lugares denominados de shoppings populares, foram uma solução encontrada pelos municípios de tirarem os ambulantes das ruas e das calçadas das cidades. Uma maneira de “higienizar” a paisagem urbana.

Sobre esta realidade Machado (2013) chama a atenção para uma classe específica (elite) que sonha em viver em uma sociedade civilizada e com ordem. Deste modo, as pessoas que trabalham com o comércio informal são caracterizadas, por diversas vezes, como pessoas que possuem produtos criminalizados, ou seja, são estigmatizadas pelo fato de sua profissão está à margem do comércio hegemônico e da elite. Assim, “(...) os camelódromos são uma expressão de desvio social, uma praga no tecido urbano e um obstáculo ao desenvolvimento” (PINHEIRO-MACHADO, 2013, p. 334).

Segundo Borjas e Castells (2000), neste processo de globalização econômica que tem diversos impactos, inclusive, de excluir pessoas. A cidade se torna um espaço para a construção da cidadania, por isso, a necessidade de investir nas cidades a partir da formação de cidadãos, independentemente, da sua classe social ou até mesmo do seu trabalho ser formal ou informal.

Em países como o Brasil em que a desigualdade social perpassa pela falta de uma educação de qualidade e do não retorno dos impostos pagos em serviços públicos e, ainda, pela falta de emprego, levam diretamente pessoas para o trabalho informal.

Estes trabalhadores geram uma economia de escala internacional e permite a acumulação de capitalistas tanto no exterior quanto no território brasileiro.

Segundo o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE, nos últimos 10 anos houve um crescimento da formalização dos empregos, ou seja, mais pessoas que possuem carteira assinada e, por conseguinte, direitos solidificados. Houve, também, uma redução na taxa de desocupação. Isto se deu no contexto do crescimento econômico do país, associado ao bom cenário internacional.

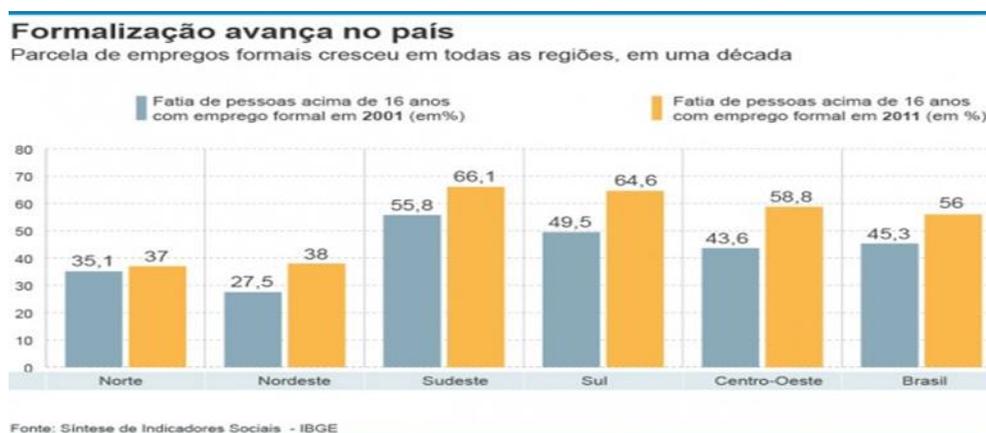


Figura 1. Dados de empregos formais. Fonte: Jornal Valor Econômico, versão online.

A crise mundial de 2008 que atingiu regiões como Europa e Estados Unidos, onde se concentram a maior parte das grandes potências, não afetou bruscamente o Brasil, porém, esta crise foi sentida de maneira mais intensa, nacionalmente, a partir de 2014.

Finalmente, segundo dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada houve um avanço na informalidade devido à crise atual. Em 2013 era de 17,9% enquanto em 2015 chegou a 19,8%. Sendo que destes, 12% contribuem com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. Em dezembro de 2016, o desemprego alcançou uma marca superior de 12 milhões de pessoas, segundo os dados do IBGE. Com isso, há um aumento no comércio informal e estimula a globalização popular.

Por isso, a seguir será analisado este comércio informal na cidade de Itaperuna, focalizando a Feirinha.

2 – O comércio informal na cidade de Itaperuna (RJ)

O município de Itaperuna, ao longo do século XX, tornou-se o principal polo econômico, de saúde e de educação do Noroeste Fluminense. Esta região é composta por 13 cidades, sendo as maiores Itaperuna e Santo Antônio de Pádua.

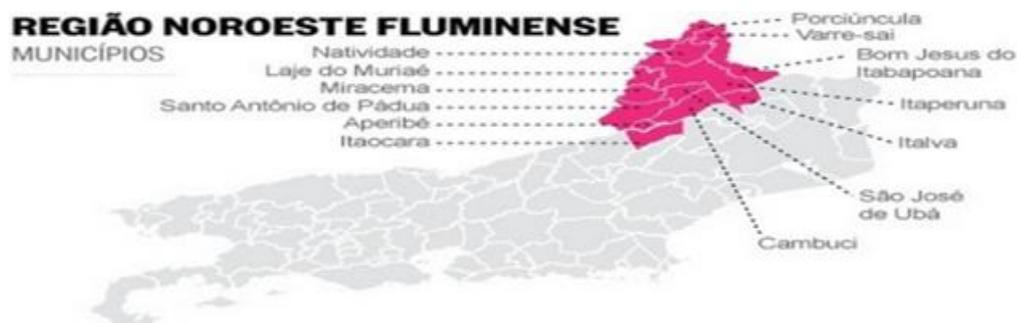


Figura 2. Mapa da região noroeste fluminense. Fonte: Jornal O Globo, versão online.

A cidade de Itaperuna com uma população de quase 100 mil habitantes, bem como, toda a região do noroeste fluminense não possuem grandes empreendimentos industriais. No ramo industrial a cidade tem apenas duas grandes empresas que se encontram ativas: Quatá e Marilan. Enquanto o comércio formal é bem variado desde produtos eletrônicos até confecções, sendo o governo municipal um parceiro para o crescimento deste comércio. Segundo Vainer:

Em outros termos, o governo local teria a extraordinária capacidade de cumprir de maneira vantajosa as tradicionais funções que sempre foram as dos estados nacionais, quais sejam: a função de acumulação e a função de legitimação (VAINER, 2001, p. 142).

Mesmo sem um parque industrial extenso e diversificado, o município itaperunense tornou-se o polo econômico da região, uma vez que as demais cidades em seu entorno dependem profundamente dela em diversos âmbitos, como: comércio, saúde (por ser referência em diversas áreas médicas), educação, lazer.

Por isso, é comum o fluxo de pessoas de outras cidades para o município em busca de trabalho, de médicos e de estudo. Isso faz com que a economia local tenha força, sendo uma das principais atividades econômicas: o comércio. E, portanto, o comércio informal local² ganha força, sendo uma das principais referências o Shopping Matriz³ e a Ferinha de Itaperuna. Neste trabalho será estudado a Ferinha de Itaperuna devido a sua diversificada função.

A feira de Itaperuna por muito tempo funcionou na margem do rio Muriaé na parte central da cidade. Tradicionalmente, foi um lugar em que os agropecuaristas itaperunenses traziam desde da década de 1980 seus produtos para serem vendidos na cidade. A própria prefeitura municipal permitiu a abertura deste espaço para a realização deste comércio informal.

Assim, durante a semana eles trabalhavam no meio rural e no sábado vendiam o que produziam. Logo, era comum encontrar na feirinha hortaliças, verduras, vegetais, frutas, peixe, aves vivas chamadas de caipira, carne de porco, pastel.

A localização da feirinha sempre foi muito criticada pelos moradores por provocar dificuldades de locomoção de carros no centro da cidade durante a parte da manhã e da tarde nos sábados. Como ela funcionava na beira rio, espaço, geralmente, usado para estacionar carros durante a semana e via importante para sair dos semáforos da avenida principal. A localização da feira não era bem quista, sendo motivo de constantes queijas.



Figura 3. Feirinha de Itaperuna na beira rio. Fonte: Paulo Roberto News, site.

² De acordo com o pensamento de Vainer 2001, o local não é sinônimo de pequeno e nem alude à diminuição ou redução. Local é, portanto, espaço micro que pode ser, inclusive, um município.

³ O Shopping Matriz é o nome dado ao comércio informal situado no centro da cidade frente à Igreja Católica Matriz São José do Avahy. Neste lugar é comum encontrar produtos como roupa, bonés, produtos eletrônicos, bolsas que são comprados em São Paulo e revendidos na cidade.



Devido o início do trabalho de obra de drenagem e de esgotamento sanitário do bairro Vinhosa, que fica próximo ao centro da cidade, a tradicional feira foi transferida para o bairro Presidente Costa e Silva, na Avenida Senador Francisco Sá Tinoco a partir do dia 19 de abril de 2014. Foi necessária esta transferência devida uma parte da obra ser finalizada no local que acontecia a feira.

Deste modo, foi feito pela Secretaria de Agricultura um comunicado para os agricultores familiares, feirantes, comerciantes em caráter formal e também através das rádios e mídias sociais que a feira seria mudada de lugar. Antes da mudança foi realizada uma reunião com os feirantes nas dependências da própria Secretaria de Agricultura para explicar o motivo.

Com a transferência da feira, o centro da cidade ganhou mais mobilidade durante os sábados. Isto agradou muito os comerciantes, pois durante a parte da manhã é comum encontrar as lojas cheias com muita circulação de pessoas de todo o noroeste. Aqueles que possuem carros e vão aos sábados para o centro ficaram satisfeitos com esta nova realidade, pois facilitou encontrar estacionamento gratuito na localidade (onde funcionava a feira).

A feirinha durante os anos 2000 passou a integrar não somente produtores de Itaperuna, mas também, de toda região noroeste fluminense, zona da mata mineira e sul do Espírito Santo. Devido à proporção que tomou este comércio informal e devido o aumento da demanda dos clientes, a feira tornou-se um importante local para a economia de três estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Esta nova dinâmica econômica que a feira proporcionou para a região é resultado do aumento da população urbana de Itaperuna, pois segundo dados do IBGE, cerca de 84% dos itaperunenses vivem na zona urbana em distritos e, sobretudo, na cidade de Itaperuna.

Com o novo espaço, a feirinha ampliou de extensão. Além de receber produtores dos três Estados citados acima para a venda de produtos agrícolas, aviários, suínos, peixes, produtos eletrônicos “piratas” (muitos deles vindos da China) é comum encontrar pessoas que vendem roupa e redes (vendidas em sua maior parte por



nordestinos). O sotaque passou não ser unicamente fluminense, porque a presença de nordestinos vindos, sobretudo, do Ceará fez com que a feira se tornasse multicultural.

Multicultural, uma vez que a presença de danças, ritmos e comidas não típicas da região noroeste fluminense passaram a ser encontradas. Com isso, há espaços dentro da feira que possuem, até mesmo, bandas de forró ao vivo, comidas típicas do nordeste, como: tapioca, acarajé.

Muitos dos nordestinos que estão presentes na feira durante a semana vão de casa em casa no município e região para venderem seus produtos. Quando chega ao sábado de manhã, para terem um lucro maior, vão para feira livre, pois como eles mesmo dizem: “os clientes vem com dinheiro para gastar e é a hora de desencalhar os produtos que não conseguimos vender durante a semana. Oxe! É nesta hora que conseguimos tirar mais dinheiro para juntar e voltar para o nosso Nordeste e sustentar nossa família”.

(...) é o principal determinante das condições de vida das classes subalternas em nossa sociedade, e somente mudanças estruturais profundas serão capazes de abrir possibilidades para uma reversão do quadro da desigualdade social (VAINER, 2001, p. 147).

Estes vendedores ambulantes da feira, majoritariamente homens, saem de suas cidades e vêm para a região sudeste em busca de trabalho e dinheiro, escapando muitas vezes da miséria. Aquilo que eles conseguem juntar enviam para suas famílias que permaneceram em sua cidade de origem. Estes migrantes alugam casas em comum por um tempo para poderem descansar, uma vez que a jornada de trabalho é longa e exaustiva. Portanto, o objetivo não é permanecer na cidade de Itaperuna, mas ganhar o dinheiro necessário e retornar para sua localidade de origem.

A feira de Itaperuna, também, é um lugar para a promoção da saúde. Constantemente, a Secretaria Municipal de Saúde realiza uma ação multidisciplinar na ferinha focando na orientação de cuidados do corpo e de qualidade de vida. Este trabalho é chamado de Feira da Saúde e integra parcerias com Igrejas, especialmente, a Adventista e com programa governamental Estratégia de Saúde da Família – ESF do bairro.



Com isso, foram realizadas ações como de aferir pressão arterial, teste de glicemia, teste de esforço físico, teste de capacidade respiratória e verificação da idade biológica. A Secretaria Municipal de Saúde, ainda disponibilizou funcionários da odontologia para dá informações acerca do cuidado bucal.

Enfim, o comércio informal, a globalização popular são estratégias de sobrevivência, através do trabalho e de desenvolvimento econômico, pois criam empregos e geram riquezas. Porém, é vista pelos poderes capitalistas hegemônicos como algo que prejudica seu faturamento, pois os benefícios da cópia de seus produtos não lhes são retornados em forma de direitos autorais.

Em países como a China a cópia é vista simplesmente como algo bom e natural devido à própria cultura local. Contudo, em nações ocidentais como o Brasil são caracterizadas como crime. Por isso, tem-se um constante combate desta realidade. Mesmo assim, o comércio informal não é visto com total descrédito como no caso da feirinha de Itaperuna que gera renda para três diferentes estados, sendo ainda uma atividade tradicional da cidade. Apesar de estarem incluindo, até mesmo, produtos eletrônicos “piratas” que antes não eram encontrados na feirinha.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo científico buscou trabalhar o comércio informal em escalas diferentes: internacional, nacional e local, tendo primeiramente, como foco o comércio chinês de produtos piratas e, posteriormente, analisando a circulação destes produtos dentro do Brasil denominado de ilegais. E no último momento, foi refletido acerca do comércio informal no espaço urbano de Itaperuna, estudando a Feira da cidade.

Diante do contexto dos produtos pirateados foi discutido sobre a diferença dos produtos legais e ilegais, sendo esta uma manifestação da desigualdade social, pois aqueles que possuem maior renda compram os produtos “de marca” (legal) e os que são mais pobres adquirem as cópias deste produto (ilegal).

Devido ao comércio informal, muitas pessoas tornaram-se ambulantes dentro do espaço urbano, colocando seus produtos expostos em lugares não formais na cidade. Em busca de uma higienização da paisagem foram criados camelódromos ou shoppings populares para acolherem este público.



Com isso, compreende-se que este comércio informal local contribui para que a economia dos produtos piratas na escala mundial possa se fortalecer.

Por fim, foi estudado o comércio informal da Feira de Itaperuna que acontece semanalmente (sábado) na cidade. Tem-se uma área dinâmica que predomina o mercado de produtos agrícolas, aviários, suínos, peixes, mas também, que agrega produtos piratas tecnológicos e de outras culturas como o acarajé e a tapioca. Sendo, portanto, um espaço multicultural e que ainda promove a prevenção na esfera da saúde.

6 - REFERÊNCIAS

- APPADURAI - **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.
- BORJA, J. e CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. México: Taurus, 2000.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego, 2015**. [online] Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330220>. Acessado em 17 de janeiro de 2017.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dados sobre a economia informal, 2015**. [online]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acessado em 17 de janeiro de 2017.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Piratária: uma chave para pensar o modelo de desenvolvimento brasileiro e chinês**. In: Feldman-Bianco, Bela. Desafios da Antropologia Brasileira. ABA, 2013.
- SARAIVA, Alessandra; MARTINS, Diogo. **O País ainda tem 44,2 milhões de trabalhadores informais, estima o IBGE**. Jornal Valor Econômico, São Paulo, 28 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2919914/pais-ainda-tem-442-milhoes-de-trabalhadores-informais-estima-o-ibge>. Acessado em: 3 de fevereiro de 2017.
- VAINER, C. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: 2001.